



Rua João Ramalho, 440 – Perdizes - 05008-001 – São Paulo – SP.

Fone: 0\*\*11-3866-6710

Site: [www.cbesp.org.br](http://www.cbesp.org.br)

E-mail: [cbesp@cbesp.org.br](mailto:cbesp@cbesp.org.br)

WhatsApp: 11 9542-0022 ou 97058-3407

*“Nunca lhes falte o zelo, sejam fervorosos no espírito, sirvam ao Senhor”. Romanos 12.11*

---

## ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### CAPÍTULO I

#### Da Denominação, Natureza, Sede, Constituição e Fins

**Art. 1º** - A **CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ 45.794.591/0001-54, neste Estatuto chamada **CONVENÇÃO**, é uma organização religiosa, com fins não econômicos, fundada em 16 de dezembro de 1904, por tempo indeterminado e com número ilimitado de **IGREJAS** arroladas.

**Parágrafo único** - A **CONVENÇÃO**, por decisões de suas Assembleias, para todos os efeitos e competências, é sucessora da União Batista Paulistana, da Associação Evangélica Batista de São Paulo, da Junta Batista Paulistana, da Junta Coordenadora da Convenção Batista Paulistana, da Convenção Batista Paulistana, da Junta Executiva da Convenção Batista Paulistana e da Junta Executiva da Convenção Batista do Estado de São Paulo.

**Art. 2º** - A **CONVENÇÃO** tem sede e foro na cidade e comarca de São Paulo, na Rua João Ramalho nº 440 – Perdizes – CEP 05008-001, Estado de São Paulo, podendo reunir-se em qualquer parte do território estadual.

**Parágrafo único** - A **CONVENÇÃO** é signatária da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, assumindo-a como sua.

**Art. 3º** - A **CONVENÇÃO** é constituída pelas **IGREJAS** Batistas do Estado de São Paulo, nela arroladas, neste Estatuto chamadas **IGREJAS**.

**§ 1º** - Para ser arrolada na **CONVENÇÃO**, a igreja deverá pedir seu ingresso nos termos do formulário próprio, no qual declare que aceita as Sagradas Escrituras como única regra de fé e prática, que reconhece como fiel e adota como suas doutrinas a “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”, que aceita os termos deste Estatuto e do Regimento

Interno da **CONVENÇÃO**, com seus deveres e seus direitos.

§ 2º - A **CONVENÇÃO**, em sua Assembleia, é competente para deferir ou indeferir pedidos de arrolamento, zelar pela fidelidade doutrinária, bem como para desarrolar do rol qualquer igreja que se desvie das doutrinas e das práticas aceitas pela **CONVENÇÃO**, sempre a seu juízo.

§ 3º - A **CONVENÇÃO** reconhece como Princípio Batista a autonomia administrativa das **IGREJAS** arroladas, podendo, contudo, por intermédio do seu **CONSELHO GERAL**, defender interesses doutrinários e/ou patrimoniais seus e das **IGREJAS**, direta ou indiretamente, em juízo ou fora dele, e, especialmente, em casos de cisão ou desvio doutrinário das **IGREJAS** e/ou de seus pastores.

§ 4º - A **CONVENÇÃO** tem legitimidade, reconhecida pelas **IGREJAS**, para ingressar em juízo como autora, ou em qualquer processo judicial, na qualidade de assistente, oponente, terceira interessada ou substituta processual nas seguintes hipóteses:

I - defesa dos princípios e doutrinas adotados pela Convenção Batista Brasileira, a juízo do Concílio Arbitral mencionado no § 7º deste Artigo, nas situações que envolvam **IGREJAS** arroladas na **CONVENÇÃO**;

II - defesa de interesse com relação a patrimônio e bens, seus ou de suas **IGREJAS**, sejam móveis, imóveis, veículos ou semoventes, bem como dos direitos de que venha tornar-se titular, mediante doações, legados e outros que venham a surgir.

§ 5º - A **CONVENÇÃO** tem legitimidade para pronunciar-se, por intermédio do seu **CONSELHO GERAL**, no intervalo das Assembleias, a respeito da fidelidade doutrinária de qualquer igreja arrolada, podendo tomar todas as providências para salvaguardar, manter e preservar a integridade doutrinária e patrimonial das **IGREJAS** arroladas, preservando, assim, a unidade denominacional.

§ 6º - A **CONVENÇÃO** tem legitimidade para reivindicar, judicial ou extrajudicialmente, a posse e/ou domínio de quaisquer bens patrimoniais que estejam em seu nome, ou que tenha a **IGREJA** recebido por doação ou legado da **CONVENÇÃO** ou de **IGREJAS**, na época, convencionadas, embora usados por ela para quaisquer finalidades, no caso de ela, **IGREJA**, apresentar cisão ou desvio doutrinário, total ou parcial, a critério da **CONVENÇÃO**.

§ 7º - A **CONVENÇÃO**, por intermédio do seu **CONSELHO GERAL**, tem legitimidade para solicitar à **ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL - SEÇÃO ESTADO DE SÃO PAULO**, a convocação de um Concílio Arbitral, constituído de, no mínimo, 10 (dez) pastores nela associados, que estejam com carteira de pastor batista válida, para reexaminar qualquer **IGREJA** ou pastor batista membro de igreja arrolada na **CONVENÇÃO**, podendo, ao final do reexame, declará-los:

I - em desvio dos princípios e práticas batistas;

II - afastado do exercício do ministério batista;

III - revel por não comparecimento ao Concílio Arbitral;

IV - em consonância com os princípios e práticas batistas.

**Art. 4º - A CONVENÇÃO** tem por finalidade:

**I** - servir às **IGREJAS** nela arroladas, contribuindo, por todos os meios condizentes com os princípios cristãos, para aperfeiçoar, aprofundar e ampliar a ação das **IGREJAS**, visando à edificação dos crentes e expansão do Reino de Deus;

**II** - planejar, coordenar, administrar e executar o programa cooperativo que mantém com as **IGREJAS** Batistas em áreas de atuação, tais como, evangelização, missões, beneficência, ação social, cultura, educação secular, educação cristã, educação teológica e ministerial, e comunicação;

**III** - viabilizar a mútua cooperação, estimulando a fraternidade e a solidariedade entre as **IGREJAS**; promovendo a criação e a manutenção de entidades e instituições religiosas, educacionais, culturais e sociais; editando folhetos, livros, jornais, revistas e demais impressos, bem como material virtual podendo ser proprietária e depositária de qualquer espécie de bens lícitos;

**IV** - promover e realizar programas de radiodifusão, televisão e através de todos os meios de comunicação;

**V** - instalar, manter e operar acampamentos;

**VI** - promover e realizar congressos, seminários e outros eventos relacionados às suas finalidades;

**VII** - Promover e realizar, o trabalho de evangelização, missões, beneficência, ação social, em benefício da comunidade, educação, cultura, educação secular, educação teológica e ministerial, educação cristã e de comunicação por todos os meios de mídia.

**§ 1º - A CONVENÇÃO**, para o cumprimento das suas finalidades, atua por meio das:

**a) INSTITUIÇÕES: REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO** - Colégio Batista Brasileiro em Perdizes, São Paulo/SP, Colégio Batista Brasileiro em Bauru/SP, Faculdade Teológica Batista de São Paulo/SP, Seminário Teológico Batista de Campinas/SP e outras que venham a ser criadas;

**b) ÁREAS:** Mulheres Batistas do Estado de São Paulo, Homens Batistas do Estado de São Paulo, Juventude Batista do Estado de São Paulo e Associação dos Músicos Batistas do Estado de São Paulo;

**c) ORGANIZAÇÕES:** Ordem dos Pastores Batistas do Brasil - Seção São Paulo, Ordem dos Diáconos e Diaconisas Batistas do Estado de São Paulo, Ordem dos Educadores Cristãos Batistas do Brasil, Associações de Igrejas Batistas e Convenção Batista Brasileira.

**§ 2º** - Para o desenvolvimento de suas finalidades, especialmente de evangelização e missões, a **CONVENÇÃO** poderá ser proprietária de embarcações e aeronaves, podendo exercer atividade de navegação fluvial, marítima, lacustre e aérea.

**Art. 5º - As IGREJAS** não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da **CONVENÇÃO**, e nem esta pelas obrigações das **IGREJAS**.

## CAPÍTULO II

### Dos Direitos e Deveres das Igrejas Arroladas

**Art. 6º** - São direitos das **IGREJAS** arroladas:

**I** - Ser representada nas Assembleias da **CONVENÇÃO**, através dos seus mensageiros por elas credenciados, na forma deste Estatuto;

**II** - Participar dos programas, eventos, assim como de todas as atividades promovidas pela **CONVENÇÃO** que contribuam para o crescimento da causa de Cristo e a cooperatividade entre as **IGREJAS**;

**III** - Ser notificada de qualquer denúncia ou documento, envolvendo a **IGREJA**, que a **CONVENÇÃO** vier a receber e que comprometa a sua condição de arrolada;

**IV** - Defender-se de qualquer acusação que lhe seja feita perante a Assembleia, em cumprimento ao que determina o Art. 8º. em seu parágrafo único;

**V** - Pedir seu desligamento, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à **CONVENÇÃO**.

**Art. 7º** - São deveres das **IGREJAS** arroladas:

**I** - Fazer-se representar nas convocações oficiais da **CONVENÇÃO**, na forma deste Estatuto;

**II** - Contribuir moral, espiritual e financeiramente com fidelidade e regularidade nos planos de sustento adotados pela **CONVENÇÃO**;

**III** - Zelar pelo bom nome da **CONVENÇÃO**, divulgando-a e prestigiando-a em suas realizações;

**IV** - Fazer válidas para si as normas deste Estatuto, do Regimento Interno e as deliberações tomadas pela **CONVENÇÃO**;

**V** - Ser correta em suas transações, fiel em seus compromissos e exemplar em sua conduta, regendo seus procedimentos administrativos de acordo com os princípios das Sagradas Escrituras;

**VI** - Cooperar, por todos os meios, para o fiel cumprimento das finalidades e programas da **CONVENÇÃO**;

**VII** - Evitar a participação em demandas judiciais contra irmãos na fé, pastores, **ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES** ou qualquer órgão denominacional conforme princípios ético-cristãos das Sagradas Escrituras, registrados em 1 Coríntios 6.1-11;

**VIII** - Aceitar, adotar e observar a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.

**Art. 8º** - É passível de desligamento pela Assembleia da **CONVENÇÃO** a **IGREJA** que:

I - desobedecer aos ensinamentos explícitos nas Sagradas Escrituras;

II - prejudicar sob qualquer pretexto o bom nome da **CONVENÇÃO**;

III - contrariar as doutrinas adotadas e propagadas pela **CONVENÇÃO**;

IV - desobedecer ao Estatuto, Regimento Interno e às deliberações da **CONVENÇÃO**;

V - ou outros motivos, a juízo da **CONVENÇÃO**, decididos em Assembleia.

**Parágrafo único** - Toda **IGREJA** arrolada passível de desligamento terá o direito à sua ampla defesa em **ASSEMBLEIA GERAL** da **CONVENÇÃO**.

**Art. 9º** - A **IGREJA** que não cumprir as decisões da **CONVENÇÃO** e agir de forma a violar os preceitos deste Estatuto, do Regimento Interno ou da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira estará sujeita às seguintes penalidades:

a) advertência reservada;

b) advertência pública;

c) desligamento do Rol de **IGREJAS** da **CONVENÇÃO**.

**Parágrafo único** - As penalidades previstas nas alíneas deste artigo não têm caráter progressivo e serão aplicadas a juízo da **CONVENÇÃO**.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Estrutura Administrativa**

##### **Seção I**

#### **Da Administração e da Assembleia Geral**

**Art. 10** - Para tratar dos assuntos que interessam à sua existência e administração, e para aprovação de suas contas, a **CONVENÇÃO** reunir-se-á em **ASSEMBLEIA GERAL**, que é o poder soberano de decisão, constituída de mensageiros, os quais são membros de **IGREJAS** arroladas inscritos na Assembleia.

**§ 1º** - Cada Igreja arrolada poderá credenciar 5 (cinco) mensageiros e mais 1 (um) mensageiro para cada grupo de 30 (trinta) membros ou fração.

**§ 2º** - O critério de credenciamento de cada mensageiro será definido pela **CONVENÇÃO**.

**Art. 11 - A ASSEMBLEIA GERAL** será:

I - ordinária, que se reunirá uma vez por ano;

II - extraordinária, sempre que necessário;

III - solenes, para posse de sua **Diretoria**, homenagens ou outras solenidades que não exijam decisões de natureza administrativa, sempre que necessário.

§ 1º - O quórum mínimo da primeira convocação para a Assembleia Ordinária e Extraordinária será de 20% (vinte por cento) das **IGREJAS** arroladas que cooperem financeiramente, e em segunda convocação, com 10% (dez por cento) das **IGREJAS** arroladas que cooperam financeiramente, decorridos 20 (vinte) minutos do horário previsto pela primeira convocação, e para as Assembleias Solenes, com qualquer número.

§ 2º - As decisões das Assembleias serão válidas por deliberação aprovada pela maioria absoluta dos votos dos mensageiros presentes, obedecidas as exceções previstas neste Estatuto.

§ 3º - Para a destituição de membros da **Diretoria** da **CONVENÇÃO** e para a reforma deste Estatuto, é exigido o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos mensageiros presentes à Assembleia, sendo que esta não poderá deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta das **IGREJAS** arroladas que cooperam financeiramente, ou menos de 1/3 (um terço) delas, decorridos 20 (vinte) minutos do horário previsto pela primeira convocação.

§ 4º - Quando necessário, poderá haver mudança de local e data da Assembleia, mediante decisão do **CONSELHO GERAL** da **CONVENÇÃO**.

§ 5º - A **ASSEMBLEIA GERAL** será realizada presencialmente, e poderá ser realizada através de plataforma virtual ou híbrida, com exceção da Assembleia referida no Art. 13 deste Estatuto.

**Art. 12** - A convocação de uma **ASSEMBLEIA GERAL** será feita pelo Presidente, ou no caso de seu impedimento ou vacância, por seu substituto legal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por intermédio de edital, publicado e divulgado em veículo oficial da **CONVENÇÃO**, seja em seu site, em suas redes sociais, por aplicativos de comunicação, por correio eletrônico, ou ainda outro meio idôneo de comunicação, e, em se tratando de Assembleia Extraordinária, mencionando expressamente os assuntos determinantes da convocação.

§ 1º - Na hipótese de recusa da convocação da **ASSEMBLEIA GERAL** pelo Presidente ou seu substituto legal, são competentes para fazê-lo: o **CONSELHO GERAL**, por iniciativa de qualquer componente da **Diretoria**, ou ainda por 1/5 (um quinto) das **IGREJAS** arroladas que cooperam financeiramente.

§ 2º - A convocação de uma **ASSEMBLEIA GERAL**, pelo **CONSELHO GERAL**, por iniciativa de qualquer componente da **Diretoria**, ou ainda por 1/5 (um quinto) das **IGREJAS** arroladas que cooperam financeiramente, só poderá ser decidida por maioria absoluta, com o quórum de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 3º - A convocação de uma **ASSEMBLEIA GERAL**, pelas **IGREJAS**, só poderá ser feita após 30 (trinta) dias da entrega comprovada da convocação ao **CONSELHO GERAL**, em sua sede.

## Seção II

### Da Diretoria e da Representação

**Art. 13** - A **Diretoria** da **CONVENÇÃO**, composta de Presidente, Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes, Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Secretários, que se sucederão nessa ordem nos impedimentos ou vacância, será eleita em **ASSEMBLEIA GERAL** presencial, no penúltimo dia da Assembleia Ordinária, sendo empossada na última sessão da mesma Assembleia, com mandato até a posse da nova **Diretoria**, na Assembleia Ordinária seguinte.

§ 1º - O mandato da **Diretoria** eleita será de dois anos, observando-se o interstício de um mandato para que seja novamente elegível.

§ 2º - O mandato da **Diretoria** poderá ser prorrogado por decisão do **CONSELHO GERAL**, nos seguintes casos:

I - Medidas de isolamento social impostas pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais;

II - Casos fortuitos e os de força maior.

§ 3º - Não poderão ser eleitos para cargos da **Diretoria** da **CONVENÇÃO**, as pessoas que fazem parte da consecução de suas finalidades, remuneradas ou não, nos termos do Art. 4º, § 1º; exceto as pessoas que compõem as **ORGANIZAÇÕES**.

**Art. 14** - Compete à **Diretoria** da **CONVENÇÃO** salvaguardar o fiel cumprimento deste Estatuto e Regimento Interno da **CONVENÇÃO**, as decisões das Assembleias, do seu **CONSELHO GERAL**, **CONSELHO GESTOR**, das **PLATAFORMAS**, das **INSTITUIÇÕES** e das **ÁREAS**.

**Parágrafo único** - Compete, ainda, à **Diretoria** da **CONVENÇÃO**:

I - elaborar o programa provisório da Assembleia;

II - supervisionar a execução do planejamento estratégico global, planos de trabalho e orçamentos da **CONVENÇÃO**;

III - atuar na busca de soluções de problemas que venham a surgir em suas áreas de atuação;

IV - aprovar compra e venda de automóveis funcionais;

V - constituir ou contratar Assessorias especializadas, sempre que considerar necessário.

**Art. 15** - O Presidente é o orientador de todos os trabalhos da **CONVENÇÃO**, cumprindo e fazendo cumprir este Estatuto e o Regimento Interno da **CONVENÇÃO**, cabendo-lhe, ainda:

I - representar a **CONVENÇÃO**, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;

II - convocar, abrir, presidir, apresentar relatórios e encerrar as Assembleias Gerais da **CONVENÇÃO**, do **CONSELHO GERAL** e as reuniões do **CONSELHO GESTOR**;

III - assinar as atas das sessões com o Secretário;

IV - cumprir e fazer cumprir com a **Diretoria** as decisões das Assembleias Gerais da **CONVENÇÃO**, do **CONSELHO GERAL** e das reuniões do **CONSELHO GESTOR**;

V - nomear as Comissões da **ASSEMBLEIA GERAL** e os membros da **Assessoria Jurídica e Parlamentar**.

**§ 1º** - O Presidente da **CONVENÇÃO** é componente “ex-offício” das **INSTITUIÇÕES e ÁREAS** da **CONVENÇÃO**, bem como de qualquer Comissão ou Grupo de Trabalho que existam ou que venham a ser criados, para tratar de assuntos relacionados à **CONVENÇÃO**, devendo ser previamente cientificado quanto às reuniões, exceto nos casos em que o próprio esteja “sub-judice” no assunto a ser tratado.

**§ 2º** - O Presidente da **CONVENÇÃO** poderá ser representado por procuração pública, nas questões que envolvam Certificação Digital.

**Art. 16** - Aos Vice-Presidentes, observada a ordem de eleição, compete auxiliar e/ou substituir o Presidente em suas ausências, impedimentos e/ou vacância;

**Art. 17** - Compete ao Primeiro-Secretário:

I - compor a mesa nas sessões das Assembleias da **CONVENÇÃO**, das Assembleias do **CONSELHO GERAL**, das reuniões do **CONSELHO GESTOR**;

II - lavrar e assinar atas das sessões das Assembleias, bem como as do **CONSELHO GERAL** e do **CONSELHO GESTOR**;

III - rubricar e encaminhar ao **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO** os pareceres e demais documentos apreciados pela Assembleia, para arquivo e providências.

**Art. 18** - Compete ao Segundo-Secretário:

I - compor a mesa nas sessões das Assembleias Gerais da **CONVENÇÃO**, do **CONSELHO GERAL** e nas reuniões do **CONSELHO GESTOR**;

II - substituir o Primeiro-Secretário em suas ausências, impedimentos e/ou vacância;

III - apresentar à Assembleia o material de expediente e a ordem do dia das sessões;

IV - relacionar os oradores inscritos durante discussão no plenário;

V - cronometrar o tempo das sessões e dos oradores inscritos.

**Art. 19** - Compete aos Terceiro e Quarto Secretários substituir o Primeiro e o Segundo Secretários em suas ausências, impedimentos e/ou vacância, cooperando, ainda, com os trabalhos da mesa, sempre que solicitados.

**Parágrafo único** - Na ausência de todos os Secretários, o Presidente poderá nomear um ou mais secretários "*ad hoc*".

**Art. 20** - A **CONVENÇÃO** poderá conceder título de Presidente Emérito em caráter vitalício, na forma do Regimento Interno.

### Seção III

#### Do Conselho Geral

**Art. 21** - Para a consecução dos seus fins, a **CONVENÇÃO** terá um **CONSELHO GERAL**, com a seguinte composição:

I - os membros da **Diretoria** da **CONVENÇÃO**;

II - 12 (doze) membros eleitos pela **ASSEMBLEIA GERAL** da **CONVENÇÃO**, com um mandato de 4 (quatro) anos, renovados anualmente pela quarta parte, e 3 (três) suplentes anualmente eleitos;

III - Os presidentes de cada uma das **ÁREAS**: Mulheres Batistas do Estado de São Paulo, Homens Batistas do Estado de São Paulo, Juventude Batista do Estado de São Paulo e Associação dos Músicos Batistas do Estado de São Paulo;

IV - Os presidentes das **ORGANIZAÇÕES**: Ordem dos Pastores Batistas do Brasil - Seção São Paulo, Ordem dos Diáconos e Diaconisas Batistas do Estado de São Paulo, Ordem dos Educadores Cristãos Batistas do Brasil e Associações de Igrejas Batistas.

§ 1º - O **CONSELHO GERAL** será dirigido pela **Diretoria** da **CONVENÇÃO**.

§ 2º - São assessores do **CONSELHO GERAL** o **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO**, os Executivos das **INSTITUIÇÕES** e **ÁREAS** e os membros da **Assessoria Jurídica**.

§ 3º - Nenhum componente do **CONSELHO GERAL** ou da **Diretoria** da **CONVENÇÃO** poderá interferir individual ou coletivamente no **CONSELHO GESTOR**, suas **PLATAFORMAS, INSTITUIÇÕES** e **ÁREAS**, a não ser nos casos em que receba tarefa específica do próprio **CONSELHO GERAL**.

§ 4º - Os presidentes das **ÁREAS** e das **ORGANIZAÇÕES** somente poderão compor o **CONSELHO GERAL** se forem membros de **IGREJAS** cooperantes com à **CONVENÇÃO**, nos termos do Art. 37 do Regimento Interno da **CONVENÇÃO**.

§ 5º - Os Presidentes das **ÁREAS** ou das **ORGANIZAÇÕES** que não atenderem à exigência prevista no parágrafo anterior deverão ser substituídos por representante, eleito pela respectiva Área ou Organização, que a cumpra, devendo tal substituição ser comunicada, por escrito, ao **CONSELHO GERAL**.

**Art. 22** - No intervalo das Assembleias, o **CONSELHO GERAL** representa a **CONVENÇÃO**.

**Art. 23** - O **CONSELHO GERAL** realizará 2 (duas) Assembleias Ordinárias durante o período convencional, e extraordinárias e solenes, sempre que necessário.

**Parágrafo único** - O quórum para as Assembleias do **CONSELHO GERAL** será de 2/5 (dois quintos) de seus membros em primeira convocação e de 1/5 (um quinto) em segunda convocação, decorridos 15 (quinze) minutos da primeira convocação, sendo vedada a representação por procuração.

**Art. 24** - São atribuições do **CONSELHO GERAL**:

I - prestar relatório de suas atividades à **ASSEMBLEIA GERAL** da **CONVENÇÃO**;

II - definir políticas de ação, objetivos e diretrizes para a elaboração do planejamento estratégico e global contínuo da **CONVENÇÃO**, e aprová-lo;

III - supervisionar e avaliar o desempenho das **PLATAFORMAS, INSTITUIÇÕES** e **ÁREAS**, definidos no planejamento global ou nas Assembleias da **CONVENÇÃO** ou do próprio Conselho;

IV - aprovar o orçamento anual da **CONVENÇÃO**;

V - zelar pelos interesses e patrimônio da **CONVENÇÃO**;

VI - aprovar o programa das Assembleias, encaminhado pela **Diretoria**, tendo ouvido o **CONSELHO GESTOR**;

VII - intervir nas **INSTITUIÇÕES** e **ÁREAS** da **CONVENÇÃO**, quando julgar necessário;

VIII - tomar ciência de pedidos de arrolamento de **IGREJAS**, e por meio da Comissão de Ingresso de **IGREJAS**, encaminhar à **ASSEMBLEIA GERAL** para decisão;

**IX** - pronunciar-se, no intervalo das Assembleias, a respeito da fidelidade doutrinária de suas **IGREJAS** arroladas, tomando todas as providências legítimas para salvaguardar, manter e preservar a integridade doutrinária e patrimonial das **IGREJAS** e a unidade denominacional;

**X** - convocar a Assembleia da **CONVENÇÃO** na hipótese de recusa ou impossibilidade do Presidente ou de seu substituto legal;

**XI** - homologar a admissão e demissão do **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO**, e dos Executivos das **ÁREAS**;

**XII** - apreciar os relatórios periódicos do **CONSELHO GESTOR** e suas **PLATAFORMAS**, das **INSTITUIÇÕES** e **ÁREAS** da **CONVENÇÃO**, emitindo parecer perante a **ASSEMBLEIA GERAL** da **CONVENÇÃO**;

**XIII** - apresentar à **ASSEMBLEIA GERAL** da **CONVENÇÃO** o relatório anual relativo às suas atividades do ano convencional, acompanhado do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do Exercício da própria **CONVENÇÃO**, bem como do respectivo parecer de auditoria independente;

**XIV** - supervisionar a execução do planejamento estratégico e global da **CONVENÇÃO**;

**XV** - homologar a reforma do Estatuto, Regimento Interno e Operacional da **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO**;

**XVI** - aprovar, fazendo os ajustes que julgar necessários, a proposta do orçamento anual da **CONVENÇÃO**, encaminhada pelo Comitê de Atividades e Projetos após aprovação do **CONSELHO GESTOR**.

**Art. 25** - A decisão sobre a constituição de qualquer Conselho, Junta, Instituições e Áreas da **CONVENÇÃO** em pessoa jurídica dependerá da autorização do **CONSELHO GERAL** e homologação da **ASSEMBLEIA GERAL**, cujos Estatutos ou eventuais reformas não poderão contrariar o Estatuto e o Regimento Interno da **CONVENÇÃO**.

#### **Seção IV**

##### **Do Conselho Gestor**

**Art. 26** - Para a consecução dos seus fins, a **CONVENÇÃO** terá um **CONSELHO GESTOR** composto por 16 (dezesesseis) membros eleitos pela Assembleia da **CONVENÇÃO** para um mandato de 4 (quatro) anos, renovados anualmente pela quarta parte, mais 4 (quatro) suplentes eleitos anualmente, mais a **Diretoria** da **CONVENÇÃO**, sendo responsável pelas **PLATAFORMAS**.

**§ 1º** - Não poderão compor o **CONSELHO GESTOR** as pessoas que exerçam funções executivas ou que tenham qualquer relação de dependência na **CONVENÇÃO**, ou subordinação ou vínculo familiar até segundo grau, remuneradas ou não;

§ 2º - É assessor do **CONSELHO GESTOR** o **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO**;

**Art. 27 - O CONSELHO GESTOR**, terá sob a sua supervisão, executada pelo **Diretor Executivo** a:

a) **PLATAFORMA DE ADMINISTRAÇÃO**;

b) **PLATAFORMA DE MISSÕES**;

c) **PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO** com suas **INSTITUIÇÕES**: **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO**: Colégio Batista Brasileiro em Perdizes, São Paulo/SP, Colégio Batista Brasileiro em Bauru/SP, Faculdade Teológica Batista de São Paulo/SP, Seminário Teológico Batista de Campinas/SP e outras que venham a ser criadas; e;

d) **PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ** com as **ÁREAS**: Mulheres Batistas do Estado de São Paulo, Homens Batistas do Estado de São Paulo, Juventude Batista do Estado de São Paulo e Associação dos Músicos Batistas do Estado de São Paulo.

§ 1º - As **PLATAFORMAS**, com as suas **INSTITUIÇÕES** e **ÁREAS**, executam os programas da **CONVENÇÃO**, em suas respectivas esferas de atuação, dentro das atribuições definidas neste Estatuto e no Regimento Interno da **CONVENÇÃO**; e, para aquela que tem personalidade jurídica própria, no seu Estatuto e Regimento Interno.

§ 2º - As **PLATAFORMAS** com suas **INSTITUIÇÕES** e **ÁREAS** submeterão ao **CONSELHO GESTOR** seus planos de trabalho, orçamentos, relatórios e demonstrativos de suas contas, assim como das **INSTITUIÇÕES** e das **ÁREAS**.

I - As **PLATAFORMAS** terão suas responsabilidades e atribuições definidas no Regimento Interno;

II - A **PLATAFORMA DE ADMINISTRAÇÃO** e a **PLATAFORMA DE MISSÕES** terão, cada uma delas, um coordenador indicado pelo **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO** com anuência do Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Primeiro-Secretário e Segundo-Secretário da **CONVENÇÃO**;

III - As responsabilidades dos coordenadores da **PLATAFORMA DE ADMINISTRAÇÃO** e da **PLATAFORMA DE MISSÕES** serão definidas e supervisionadas pelo **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO**;

IV - A **PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ** terá um facilitador indicado pelo **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO** com anuência do Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Primeiro-Secretário e Segundo-Secretário da **CONVENÇÃO**;

V - As responsabilidades do facilitador da **PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ** serão definidas e supervisionadas pelo **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO**;

VI - A **PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO** será administrada pela **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO** e coordenada pelo seu **Diretor Geral**.

**Art. 28** - Cada **ÁREA** da **CONVENÇÃO** deverá avaliar a cada 5 (cinco) anos seu respectivo Executivo.

**Art. 29** - O **CONSELHO GESTOR** será dirigido pela **Diretoria** da **CONVENÇÃO**.

**§ 1º** - O **CONSELHO GESTOR** e as **PLATAFORMAS** terão assessorias técnicas e coordenadorias quando houver necessidade e condição financeira;

**§ 2º** - O detalhamento das atribuições do **CONSELHO GESTOR**, e das **PLATAFORMAS**, estão definidos no Regimento Interno da **CONVENÇÃO**.

**Art. 30** - O **CONSELHO GESTOR** terá um Comitê de Atividades e Projetos composto pelos Executivos das **ÁREAS** que compõem as **PLATAFORMAS**.

**§ 1º** - Na ausência de um dos Executivos, o respectivo presidente representará a **ÁREA**.

**§ 2º** - O Comitê de Atividades e Projetos tem suas responsabilidades definidas no Regimento Interno.

## **Seção V**

### **Da Rede Batista de Educação**

**Art. 31** - A membresia da **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO**, é composta pelo **CONSELHO GESTOR** da **CONVENÇÃO**.

**§ 1º** - A **Diretoria** da **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO** será a mesma **Diretoria** da **CONVENÇÃO**.

**§ 2º** - O detalhamento da **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO** e suas Filiais, estão definidos em seu Estatuto e Regimento Interno, homologados pelo **CONSELHO GERAL**.

**§ 3º** - São assessores da **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO** os respectivos Diretores Acadêmicos e Pedagógicos das **Filiais** e estes terão sua participação garantida em suas reuniões, exceto nos casos em que os mesmos estejam implicados no assunto a ser tratado;

**§ 4º** - Havendo reforma de Estatuto e Regimento Interno da **CONVENÇÃO**, a **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO** promoverá as devidas adequações em seu Estatuto e Regimento.

## Seção VI

### Do Diretor Executivo

**Art. 32** - A **CONVENÇÃO** terá um **Diretor Executivo** e as **INSTITUIÇÕES** e **ÁREAS** poderão ter um Diretor com competência técnica para a função, por tempo indeterminado, podendo ser remunerado ou não, homologado pelo **CONSELHO GERAL**, mediante a indicação da **ÁREA** respectiva.

**§ 1º** - Durante o exercício do cargo deverá ser, necessariamente, membro de uma igreja batista cooperante na **CONVENÇÃO**.

**§ 2º** - A admissão ou demissão do **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO** será deliberada pelo **CONSELHO GESTOR**, observando o **Art. 24**, inciso **XI**, deste Estatuto.

**§ 3º** - A admissão ou demissão do **Diretor** de cada uma das **ÁREAS** será deliberada pelo **CONSELHO GESTOR** e homologada pelo **CONSELHO GERAL**.

**§ 4º** - O **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO** deverá ser avaliado a cada 5 (cinco) anos, pelo **CONSELHO GESTOR**.

**§ 5º** - O **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO** terá as seguintes atribuições:

**I** - Administrar o escritório da **CONVENÇÃO**, podendo admitir e demitir funcionários, inclusive o Diretor Financeiro, mediante anuência do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente, do Segundo Vice-Presidente, do Primeiro-Secretário e do Segundo-Secretário da **CONVENÇÃO**;

**II** - Manter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio, os documentos contábeis e jurídicos e o acervo histórico da **CONVENÇÃO**;

**III** - Manter atualizado o Cadastro das **IGREJAS** arroladas e dos seus pastores;

**IV** - Convocar e dirigir as reuniões do Comitê de Atividades e Projetos;

**V** - Administrar o **ACAMPAMENTO BATISTA DE SUMARÉ** ou outros que a **CONVENÇÃO** vier a ter, de acordo com o planejamento aprovado pelo **CONSELHO GESTOR**;

**VI** - Assessorar o Presidente da **CONVENÇÃO** na elaboração das pautas das reuniões do **CONSELHO GERAL**, do **CONSELHO GESTOR** e das Assembleias.

**VII** - Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em nome da **CONVENÇÃO**, bem como fazer pagamentos, assinar cheques e/ou autorizações e/ou transações eletrônicas conjuntamente com o Diretor Financeiro da **CONVENÇÃO**;

**VIII** - Representar a **CONVENÇÃO** junto aos órgãos públicos para tratar de questões fiscais e outras de interesse da **CONVENÇÃO**.

**IX** - Representar a **CONVENÇÃO** para assinar escrituras de doação, venda e compra de imóveis, autorizadas pela Assembleia e/ou pelo **CONSELHO GERAL** quando se tratar de

escritura de transferência de imóveis, conforme Art. 38, § 1º e 2º, deste Estatuto, bem assim, assinar contratos e documentos de caráter jurídico com autorização, por escrito, da **Diretoria da CONVENÇÃO**, nos termos deste Estatuto;

**X** - Assessorar as Assembleias, o **CONSELHO GERAL** e o **CONSELHO GESTOR**;

**XI** - Apresentar às Assembleias, ao **CONSELHO GERAL** e ao **CONSELHO GESTOR** relatórios referentes às suas atribuições;

**XII** - Outorgar procuração quando necessário para o cumprimento de suas atribuições;

**XIII** - Outras atribuições definidas pela **ASSEMBLEIA GERAL**, pelo **CONSELHO GERAL** ou pelo **CONSELHO GESTOR**.

**§ 6º** - É vedado ao **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO** assinar títulos, obrigações financeiras e fianças em nome da **CONVENÇÃO**, sem a expressa autorização do **CONSELHO GESTOR**.

**§ 7º** - Em caso de vacância do **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO**, o **CONSELHO GESTOR** elegerá um Diretor Interino, que será homologado pelo **CONSELHO GERAL**.

**Art. 33** - Nas matérias de suas atribuições, o **Diretor Executivo** poderá consultar os Conselhos, por meio de reunião convocada para esse fim, independentemente de autorização do Presidente, assegurado o seu prévio conhecimento, obrigando-se ao registro dos assuntos discutidos.

**Parágrafo único** - As manifestações dos Conselhos, quando decorrentes de consulta do **Diretor Executivo**, terão natureza estritamente consultiva, sem caráter deliberativo, de encaminhamento ou vinculante.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Conselho Fiscal**

**Art. 34** - A **CONVENÇÃO** tem um Conselho Fiscal, composto de 9 (nove) membros, com mandato de 3 (três) anos e 3 (três) suplentes, escolhidos anualmente pela **ASSEMBLEIA GERAL**, com habilitação técnica para o desempenho da função, sendo sua composição renovada anualmente em 1/3 (um terço).

**§ 1º** - O Conselho Fiscal, dentre os seus membros, escolherá um relator, e convocado por este se reunirá ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, quantas vezes for necessário.

§ 2º - Ao vencer o seu mandato, o componente do **CONSELHO FISCAL** cumprirá um interstício de 1 (um) ano para uma eventual nova escolha.

§ 3º - Perderá a condição de componente do **CONSELHO FISCAL** aquele que por livre e espontânea vontade pedir expressamente o seu desligamento ou perder a condição de membro de uma igreja arrolada na **CONVENÇÃO**.

§ 4º - Não poderão compor o **CONSELHO FISCAL** as pessoas que exerçam funções executivas ou que tenham qualquer relação de dependência, ou subordinação ou vínculo familiar na **CONVENÇÃO**, remuneradas ou não.

**Art. 35** - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Fiscalizar todos os atos e fatos contábeis dos administradores da **CONVENÇÃO, REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO e ÁREAS**, verificando o cumprimento de seus deveres legais quanto à situação econômico-financeira, cujos relatórios deverão ser enviados ao **Diretor Executivo** da **CONVENÇÃO**, para as providências junto às respectivas **INSTITUIÇÕES e ÁREAS**;

II - Examinar as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da **CONVENÇÃO, REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO e ÁREAS**, contribuindo com o contínuo aperfeiçoamento das rotinas contábeis e administrativas;

III - Examinar os Relatórios dos Auditores Independentes, bem como o cumprimento da gestão orçamentária da **CONVENÇÃO, REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO e ÁREAS**;

IV - Examinar a qualquer época, mediante entendimento prévio, os livros, documentos legais e contábeis da **CONVENÇÃO, REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO e ÁREAS** através dos relatórios apresentados;

V - Apresentar à **ASSEMBLEIA GERAL** e ao **CONSELHO GERAL**, quando requisitado, pareceres sobre os negócios e demais operações realizadas no exercício, tomando por base balanços, inventário patrimonial e as contas da **CONVENÇÃO, REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO e ÁREAS**;

VI - Relatar ao **CONSELHO GERAL** quaisquer erros, irregularidades contábeis, financeiras ou administrativas que venha a apurar, bem como sugerir providências. Em caso de omissão o Conselho Fiscal deverá encaminhar diretamente para a **ASSEMBLEIA GERAL**;

VII - Opinar sobre o relatório anual da **CONVENÇÃO, REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO e ÁREAS**, fazendo constar do seu parecer as informações que julgar necessárias ou úteis à deliberação da **ASSEMBLEIA GERAL**;

VIII - Solicitar à **CONVENÇÃO, REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO e ÁREAS**, quando necessário, mediante justificativa escrita, o assessoramento de profissionais especializados considerando o volume de trabalho e a necessidade de elaboração de estudo para emissão de parecer à **ASSEMBLEIA GERAL**;

**IX** - Participar das reuniões de abertura e encerramento da Auditoria independente, bem como atender, prontamente, às convocações e às solicitações de informações por ela formuladas;

**X** - Lavrar em atas os pareceres emitidos sobre o resultado de exames procedidos;

**XI** - As atribuições contidas no Estatuto e Regimento Interno não poderão ser outorgadas a outro órgão da **CONVENÇÃO**;

**XII** - Guardar absoluto sigilo dos assuntos sobre os quais tiveram conhecimento, em razão da ocupação do cargo, bem como aqueles que venham a ser examinados pelo **CONSELHO FISCAL**;

**XIII** - É vedado aos membros do **CONSELHO FISCAL** participar de discussão e votação de assunto no qual tiver interesse particular ou conflitante, seja de forma direta ou indireta.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Assessoria Jurídica**

**Art. 36** - A **CONVENÇÃO** terá uma **Assessoria Jurídica**, nomeada por seu Presidente, constituída por até 5 (cinco) membros devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, que dentre eles escolherão um relator, cujas atribuições estão definidas no Regimento Interno da **CONVENÇÃO**.

**Parágrafo único** - A **Assessoria Jurídica** ou qualquer outra Assessoria poderá ser remunerada, conforme a necessidade da **CONVENÇÃO**, "ad referendum" do **CONSELHO GERAL**.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Receita e Do Patrimônio**

**Art. 37** - A receita da **CONVENÇÃO** será constituída de contribuições das **IGREJAS**, doações, convênios e legados, de procedência compatível com as suas finalidades.

**Parágrafo único** - É vedado à **CONVENÇÃO**, às **INSTITUIÇÕES** e às **ÁREAS** receber subvenções dos poderes públicos, salvo e expressamente para fins sociais, culturais e educacionais.

**Art. 38** - O patrimônio da **CONVENÇÃO** será constituído de bens móveis, imóveis e semoventes, registrados ou não em seu nome, e só poderá ser utilizado para a consecução de seus fins, e aplicados exclusivamente no território nacional.

§ 1º - O **CONSELHO GERAL** é competente para alienar bens imóveis de propriedade da **CONVENÇÃO**, que estejam na posse de **IGREJAS**, devendo constar na matrícula do imóvel, cláusula de segurança que assegura a anulação da transferência, nos casos de desvios doutrinários ou outras situações que comprometam a continuidade da obra batista.

§ 2º - Os demais atos que importem alienação ou oneração de bens imóveis de propriedade da **CONVENÇÃO** dependerão de autorização da **ASSEMBLEIA GERAL**.

**Art. 39** - A **CONVENÇÃO** poderá proceder à arrecadação de donativos para fins compatíveis com seus objetivos.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das Disposições Gerais**

**Art. 40** - Pelo exercício de cargo, nenhum componente da **Diretoria da CONVENÇÃO**, do **CONSELHO GERAL**, do **CONSELHO GESTOR**, do **CONSELHO FISCAL**, da **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO**, das **ÁREAS**, das **ORGANIZAÇÕES**, dos **COMITÊS**, das **ASSESSORIAS**, **COMISSÕES** ou **GRUPOS DE TRABALHO** receberá remuneração ou participação na receita, sendo, porém, reembolsado das despesas efetuadas a serviço da **CONVENÇÃO** em qualquer esfera.

§ 1º - A eleição dos membros dos **CONSELHOS** pela Assembleia da **CONVENÇÃO** obedecerá prioritariamente a competência técnica, bem como conhecimentos específicos da respectiva área na qual irão servir;

§ 2º - Ao vencer o seu mandato, os membros dos **CONSELHOS** cumprirão um interstício de 1 (um) ano;

§ 3º - O componente dos **CONSELHOS** que faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas, sem justificativa, terá o seu mandato extinto, acarretando a convocação do suplente imediato;

**Art. 41** - Estará apto à eleição para qualquer cargo da **CONVENÇÃO** o mensageiro de igreja que contribua financeiramente com regularidade para com a **CONVENÇÃO**, nos moldes do Art. 7º, inciso II, deste Estatuto e do Art. 37 do Regimento Interno.

**Art. 42** - O componente da **Diretoria da CONVENÇÃO**, de qualquer **CONSELHO**, e da **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO** que renunciar ao mandato, cumprirá interstício de 1 (um) mandato no caso de componente da **Diretoria**, e 1 (um) ano para as demais funções.

**Art. 43** - A perda da qualidade de membro de uma igreja arrolada na **CONVENÇÃO** implica na perda da função executiva, remunerada ou não, que o componente exerça em qualquer esfera da **CONVENÇÃO**, bem como na perda da qualidade de componente da **Diretoria**, dos **CONSELHOS** ou de qualquer **INSTITUIÇÃO** e **ÁREAS** ligadas à **CONVENÇÃO**.

**Parágrafo único** - O disposto no “caput” deste artigo terá aplicação a partir da data em que a **Diretoria** da **CONVENÇÃO** tiver a devida comprovação da perda da qualidade de membro, observando-se o amplo direito de defesa e contraditório, cabendo à **Diretoria** da **CONVENÇÃO** dar ciência do ocorrido ao **CONSELHO GERAL**, e este, à **ASSEMBLEIA GERAL** seguinte.

**Art. 44** - A **CONVENÇÃO** tem um Regimento Interno e um Regimento Parlamentar, que constituem parte integrante deste Estatuto, que regulamentam as suas Assembleias, bem como as atribuições, competências e funcionamento dos **CONSELHOS**, da **REDE BATISTA DE EDUCAÇÃO** e das **ÁREAS**, visando ao bom cumprimento de suas finalidades.

**Art. 45** - O ano fiscal da **CONVENÇÃO** acompanha o ano civil.

**Parágrafo único** - O ano convencional é compreendido entre 01 de abril e 31 de março do ano seguinte.

**Art. 46** - A **CONVENÇÃO** só poderá ser extinta por deliberação de 4/5 (quatro quintos) dos votos apurados em 2 (duas) Assembleias Extraordinárias distintas, desde que a matéria conste dos editais de ambas as Assembleias, convocadas para esse fim, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias para cada Assembleia, observando-se como quórum para instalação das Assembleias a representação mínima de 2/3 (dois terços) das **IGREJAS** arroladas que cooperam financeiramente, decidindo, nessas ocasiões, a respeito do patrimônio, da continuidade das **INSTITUIÇÕES** e sobre a constituição de uma Comissão Liquidante.

**Parágrafo único** - No caso de extinção da **CONVENÇÃO**, respeitados os direitos de terceiros, o patrimônio remanescente será destinado prioritariamente à Convenção Batista Brasileira, ou, na falta desta, às **IGREJAS** cooperantes e às **INSTITUIÇÕES** remanescentes para as quais serão entregues as respectivas propriedades; e restituídos os valores porventura tidos em depósito.

**Art. 47** - Os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno serão resolvidos pela **ASSEMBLEIA GERAL**, e, nos intervalos das Assembleias, pelo **CONSELHO GERAL**.

**Art. 48** - O presente Estatuto entrará em vigor após a sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária, e consolida o Estatuto anterior, revogando todas as disposições em contrário, e só poderá ser reformado em Assembleia Geral Extraordinária cuja convocação mencione especificamente o assunto: “Reforma de Estatuto”, obedecido o disposto no Art. 11, § 3º deste Estatuto.

São Paulo, 11 de abril de 2026.

---

**Pr. Nelson de Andrade Pacheco**  
RG.6.254.990-X CPF. 570.809.928-34  
Presidente

---

**Pr. Carlos Costa Magalhães**  
RG. 42.237.405 CPF.310.633.758-35  
1º Secretário

---

**Dr. Marcelo Aparecido Rateiro**  
RG. 25.491.211-4 CPF. 171.107.278-82  
OAB/SP 339731